

POLÍTICA LINGUÍSTICA E ENSINO DE PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE: O QUE REVELAM TEXTOS ESCRITOS

Rogério de Oliveira Júnior¹

RESUMO

Timor-Leste é um país multilíngue, em que a penetração do português e crioulos de base portuguesa, no século XX, foi temporariamente interrompida. Desde sua independência, no entanto, o reavivamento do português se faz presente na ilha, sendo este estabelecido como língua oficial. (HULL, 2001; ALBUQUERQUE, 2011; MARTINS, 2016) Fruto de uma política linguística que visa o desenvolvimento do país, os timorenses têm aprendido e usado português, entendido como língua de relevância internacional, sobretudo nos contextos oficiais e acadêmicos. Acordos de cooperação com Brasil e Portugal, nas últimas duas décadas, têm impulsionado o papel do português como L2/LE em Timor. Este trabalho traça um panorama geral da situação do português em Timor-Leste e apresenta como o sistema gramatical português é de difícil compreensão para os timorenses, o que levanta a discussão sobre como a aprendizagem de português se dá nesse contexto multilíngue e como essa variedade do português tem se desenvolvido. (OLIVEIRA JUNIOR, 2021) Na perspectiva de aprendizagem do português, assumo o acesso parcial à Gramática Universal (GU), de acordo com o modelo de Princípios e Parâmetros. (CHOMSKY, 1981) Nesse contexto, textos escritos por timorenses que concluíram a educação básica trazem construções com verbos em forma infinita, o que evidencia estágios diferentes na aquisição da marcação Parâmetro do Sujeito Nulo e do paradigma flexional dos verbos.

Palavras-chave: Português de Timor-Leste, Contato Linguístico, Política Linguística.

1 Doutorando em Linguística. Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras - UFPE, rogerio.oliveirajunior@ufpe.br;

INTRODUÇÃO

A ilha de Timor localiza-se no mar do sudeste asiático e é um território multilíngue que, durante os séculos XV e XVI, foi ponto de intensas rotas de navegação e comércio que ligavam a Europa à Ásia (HULL, 2001b). As línguas catalogadas ali (cerca de dezesseis) parecem vir de, pelo menos, duas famílias: a austronésia e a papuásica (ALBUQUERQUE, 2011). O Crioulo Português de Macau, o Crioulo Português de Malaca e o Crioulo Português de Bidau eram falados no chamado Timor Português dos séculos XVII a XIX. Pela pouca quantidade de portugueses residentes em Timor, os crioulos, mais do que a língua portuguesa, influenciaram e deram vários empréstimos às línguas da ilha. O Tétum, língua franca local e atualmente oficial de Timor-Leste, sofreu grandes influências dos crioulos de base lexical portuguesa, especialmente do Crioulo Português de Bidau, falado na capital, Díli, a partir do século XVIII.

Mais recentemente, a parte leste da ilha de Timor sofreu com novas invasões estrangeiras. Primeiro, o Japão ocupou a ilha durante a Segunda Guerra Mundial. Após isso, em 1975, a Indonésia ocupou a parte que até então era conhecida como Timor Português, na tentativa de anexá-la ao seu território. Nesse período, que durou até 1999, a Indonésia desincentivou o tétum e proibiu o ensino e o uso do português, estabelecendo a língua indonésia como obrigatória. Segundo Albuquerque (2011, p. 35),

Na área linguística, a dominação indonésia adotou uma política linguística de *indonesização* da população timorense, assim como o planejamento linguístico indonésio mostrou-se ter extrema eficiência. Nos vinte e quatro anos em território timorense, a Indonésia conseguiu: diminuir o pouco que restava do uso da língua portuguesa pela população timorense banindo totalmente seu uso, sendo utilizada somente pelos revolucionários como *língua de resistência*; a língua Tetun como possui um caráter cultural e identitário para a nação timorense foi reduzido seu uso lentamente no dia-a-dia da população; o *bahasa indonesia* (língua oficial e nacional da Indonésia) foi implantado de maneira intensa por meio de um grande fluxo de professores e materiais didáticos, assim como da importação de diversos itens da cultura material indonésia como livros, revistas, músicas, programas de rádio e televisão, produtos de consumo em geral, entre outros.

Apenas em 2002, quando foi reconhecida como nação, a República Democrática de Timor-Leste tomou iniciativa para reavivar o tétum (na

variedade mais conhecida pela população) como língua nacional e oficial e o português como língua oficial do país, promovendo o seu ensino e amplo uso. Para isso, o governo timorense se valeu de acordos de cooperação com países como Brasil e Portugal, que enviam professores, materiais didáticos e outros profissionais das mais diversas áreas, bem como formam timorenses para atuar como professores de língua portuguesa em Timor, a exemplo do que acontece na UNILAB, localizada nos estados do Ceará e da Bahia (CARIOCA, 2016). Albuquerque (2011, p. 38) afirma que

a única iniciativa de planejamento linguístico é em relação ao ensino de língua portuguesa no nível pré-secundário da rede de ensino público de Timor-Leste. Há uma preocupação de natureza política em se implantar a língua portuguesa nos primeiros anos de ensino educacional.

Atualmente, percebe-se a grande relevância do tétum e a tentativa persistente de inserção do português em Timor-Leste. Mesmo assim, o português ainda é falado com fluência por menos de 10% da população, sendo uma Língua Estrangeira (LE)², nas palavras de Paraíso (2019), visto que é ainda aprendido, na maioria das vezes, após o período crítico da aquisição da linguagem:

O Tetun Prasa é falado como L1 por 18% da população, enquanto 82% da população leste-timorense possui alguma fluência nele, pois é a língua que funciona como língua franca, ou seja, língua de comunicação entre os diferentes grupos etnolinguísticos que possuem L1 distintas. (...) Digno de nota, é que a parcela da população leste-timorense falante de língua portuguesa, assim como a falante de língua inglesa, vem crescendo significativamente nos últimos anos, por causa da política linguística adotada pelo Estado. (ALBUQUERQUE, 2011, p. 47-48)

POLÍTICA LINGUÍSTICA E O PORTUGUÊS EM TIMOR-LESTE

Neste breve trabalho, seguirei, de acordo com Spolsky (2016 [2007]) o conceito de que política linguística é um fenômeno social no qual se baseiam escolhas relativas a línguas ou variedades de língua que se toma como predominante, em especial em contextos bilíngues ou multilíngues. De acordo com o

2 Quanto à nomenclatura aqui apresentada, Língua Estrangeira (LE), está de acordo com Paraíso (2019).

autor, “as políticas linguísticas têm três componentes descritíveis interligados, mas independentes: práticas, crenças e gestão.” (SPOLSKY, 2016 [2007] p. 35).

As práticas envolvem as escolhas e comportamentos linguísticos observáveis, tem a ver com o que as pessoas efetivamente fazem enquanto falantes. As crenças são os valores atribuídos às variedades, que permitem ou não a identificação dos indivíduos com elas e, conseqüentemente, motivam as suas escolhas, interferem em suas práticas. Por conseguinte, a gestão são os esforços da autoridade, seja estabelecida, seja idealizada, para modificar as práticas e as crenças sobre a linguagem. Spolsky sinaliza que, dentre os três componentes, o mais significativo são as crenças, porque poderá fazer com que determinada estratégia linguística seja prestigiada ou estigmatizada pelo grupo de domínio.

Em Timor-Leste, como já apresentado, houve um conjunto de políticas linguísticas evidenciadas por gestão: No período colonial, Portugal não se preocupou com a ampla inserção do português no território timorense, tomando como prioridade o desenvolvimento dos enclaves comerciais. No período de ocupação da Indonésia, houve esforço normativo e arbitrário para o impedimento do uso do português, tomado como uma barreira à conquista do novo território. No período pós-independência, o governo do Timor-Leste propõe um reavivamento do português como língua de inserção internacional do seu povo.

Nesse contexto, observa-se um entrave: há uma crença no português como língua de relevância, tanto pela gestão, como pelos timorenses. No entanto, a parcela da população que fala português é muito pequena se comparada à que usa o tétum e até mesmo a língua indonésia. Diniz & Silva (2013) verificam que, entre a população jovem de 15 e 24 anos, os dados oficiais de Timor-Leste em relação a saber ler, falar e escrever uma língua (alfabetização) mostram o seguinte: “A [República Democrática de Timor-Leste] possui 77.8% da população alfabetizada em Tétum, 55.6% em Indonésio, 39.3% em Português, 22.3% em Inglês e 79.1% em qualquer uma dessas quatro línguas.” Sendo assim, um conjunto de ações de gestão têm sido tomadas em relação ao ensino e a prática linguística de Timor-Leste em relação ao português.

Costa (2005) afirma que o tétum é a língua comum, além de ser a Língua Materna (LM) de parte considerável da população. Para além disso, também é a Língua Oficial (LO), *status* que compartilha com o português. Almeida (2008, p. 33) menciona que, de acordo com a Unesco, LO é:

A língua utilizada no quadro das diversas actividades oficiais: legislativas, executivas e judiciais de um Estado soberano.

É qualquer língua que um Estado defina como tal, quer na Constituição, quer por lei ordinária, quer apenas por via do costume.

No que se refere ao tétum e ao português, no entanto, há uma importante diferenciação: o tétum é a língua nacional de Timor-Leste, muitas vezes usada como língua franca. O português, por questões históricas e sociais, tem um uso muito mais restrito. É a língua do Estado, da administração pública, dos contratos, dos atos normativos, dos discursos oficiais e da escolarização. Ou seja, está nos contextos formais, praticamente fora do âmbito familiar. Sendo assim, o português em Timor-Leste é uma Língua Não Materna (LNM) e seu contexto de ensino formal, em alguns casos, é semelhante ao de uma língua estrangeira, pois o primeiro contato que muitos têm com a língua ocorre somente na escola. Por conta dessa situação, acontecem, aos timorenses, dificuldades relativas à aprendizagem do português. Isso é demonstrado no tocante à aprendizagem do paradigma de flexão verbal ensinado a partir da norma europeia do português:

Um problema frequente que é comum a praticamente todos os aprendentes da língua portuguesa em Timor-Leste, que dá origem a muitos dos erros na interlíngua e que se apresenta a título exemplificativo é, como identifica Esperança (2001), a complexidade das conjugações verbais. Os verbos em tétum e bahasa não têm variação de pessoa, número, modo, aspecto. No tétum, o tempo é marcado por palavras próprias como *ona* (passado), *sei* (futuro), *atu* (na eminência de ser feito ou acontecer)... Os tempos compostos do português levantam também problemas. (ALMEIDA, 2008, p. 49)

O ensino de português em Timor-Leste foi, na primeira década do século XXI, baseada especialmente em acordos de cooperação com o Brasil e Portugal. Grosso modo, pode-se afirmar que, no campo do ensino, a variedade com maior penetração em Timor-Leste é a europeia e, desse modo, é de se esperar que o PTL tenha características mais evidentes dessa variedade. Por exemplo, Albuquerque & Ramos (2020, p. 84) admitem que, em grande parte, o português ensinado em Timor-Leste é o europeu:

A difusão e o ensino da língua portuguesa em Timor-Leste têm sido objeto de múltiplos projetos e programas de cooperação, em particular originados no Brasil e em Portugal. A cooperação brasileira atuou somente em áreas específicas, com um contingente reduzido e com projetos que não foram renovados ou continuados. Assim, as ações oficiais brasileiras

em Timor-Leste apresentaram algumas limitações, conforme será explicado posteriormente. Já a cooperação portuguesa teve um foco maior na difusão e no ensino da língua portuguesa em todas as áreas relacionadas e em todos os níveis de ensino, na política, em diversos setores da sociedade leste-timorense, etc.

Os autores ainda afirmam que um importante programa na cooperação brasileira, comandado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), criado em 2005, foi desativado em 2013. Sendo assim, nos mais diversos segmentos, o português tem seu ensino em Timor-Leste realizado, em grande parte, por programas da cooperação portuguesa, que envolvem o governo de Portugal ou universidades portuguesas com o governo e instituições de ensino timorenses. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021)

O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO E O PORTUGUÊS DE TIMOR-LESTE

Em minha dissertação sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo no PTL, de onde esse trabalho teve origem, tomei como hipótese de que poderia haver dificuldade do estudante timorense na aprendizagem das características morfossintáticas do parâmetro em vista do contexto multilíngue que põe de um lado o PE, como língua *pro-drop* e de outro o tétum e as demais línguas faladas na ilha, observadamente línguas *não-pro-drop* (OLIVEIRA JÚNIOR, 2021). Em outras palavras, a pergunta de pesquisa foi: convivendo num contexto multilíngue, como se dá a aprendizagem do sistema *pro-drop* do português europeu (PE) por um timorense?

Conforme destacado por Duarte e Kato (2014), O PE é uma língua *pro-drop* consistente, pois há sujeitos referenciais nulos sem restrições nessa variedade. As autoras atribuem o caráter parcial do parâmetro do português brasileiro, visto que há contextos em que os nulos são legitimados, ao passo em que, devido a um enfraquecido paradigma de flexão verbal, há uma tendência ao preenchimento da posição sujeito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em minha dissertação, levando em consideração um *corpus* de língua escrita por timorenses escolarizados, obtive que, por um lado, o PTL apresenta

certo distanciamento em relação ao PE no que diz respeito à ausência de diferença quantitativa entre a produção de sujeitos nulos e plenos, aproximando-se à variedade angolana do português, e à ausência da inversão da ordem S-V. Por outro lado, o PTL também se distancia do PB pela ausência de duplicação do sujeito, pela pouca expressividade de sujeitos de referência não definida e por não apresentar relevante interferência do sexo do escrevente para a produção de sujeitos nulos. (MALTA, 2019; OLIVEIRA JÚNIOR, 2021)

Compreendi, portanto, que, pelo fato de o acesso à GU se dar de modo parcial na aprendizagem do português pelos timorenses, ou seja, fazendo com que as características aprendidas sejam fixadas tomando por base a configuração paramétrica da LM, as características morfossintáticas do PE não são aprendidas com o esperado êxito pelos timorenses, de modo que é possível afirmar que a interferência do multilinguismo causa uma aprendizagem “difícil”, assim como mencionou Batoreo (2010).

A quantidade de verbos copulativos encontrados na escrita do PTL é significativa e representa fruto da aprendizagem do PE, uma vez que o tétum, por exemplo, não realiza esses verbos (ALBUQUERQUE, 2011). Em relação à concordância verbal, conforme já defendido na literatura gerativista, línguas com morfologia de flexão verbal rica permitem a produção de sujeitos nulos, mas, no PTL, com um 77,4% de concordância padrão com sujeitos pronominais, isso não ocorre: sujeitos nulos (50%) possuem o mesmo percentual dos sujeitos pronominais (50%).

O maior percentual de uso da concordância no *corpus* pode estar relacionado com questões de ensino que podem focar mais a concordância verbal padrão do que o uso de sujeitos nulos, já que a concordância é um aspecto morfossintático mais saliente na superfície textual, no sentido de ser mais suscetível à estigmatização social do que a manifestação do sujeito nulo.

A uma conclusão similar chegou Martins (2016) ao analisar os erros de aprendizagem de português pelos timorenses falantes de tétum. Ela associa as características morfossintáticas do tétum à dificuldade de internalização do sistema verbal português por parte de alunos timorenses e, por consequência, “erros” são encontrados na apresentação dos verbos nos textos escritos de sua pesquisa. Desse modo, considero muito importante lançar olhar cuidadoso ao contexto de desenvolvimento do PTL, bem como a sua aprendizagem pelos timorenses, que se dá por meio da instrução formal dentro de programas estabelecidos para ensino de português ainda organizados pela cooperação internacional. Essas características fazem do PTL uma variedade peculiar do português, cujo *status* é de LNM, mais próximo, evidentemente, de uma língua estrangeira, o que não se observa, por exemplo, no português de Angola,

Moçambique e Cabo Verde, onde o português é uma L2. Após 20 anos de independência de Timor-Leste e a retomada do ensino de português, a sua reinserção ainda está em curso e a sua morfossintaxe reflete características do contexto multilíngue. Outra evidência que apoia essa conclusão são construções com sujeitos em orações com verbo no infinitivo, que encontrei no *corpus* da pesquisa de dissertação e que analisei separadamente e a respeito da qual propus a ideia de que o PSN ainda está em formação no PTL.

CONSTRUÇÕES COM VERBOS NO INFINITIVO

Tanto Santos (2009) como Martins (2016), ao trabalharem em suas pesquisas com textos de timorenses, observaram ocorrências de verbos no infinitivo. Santos não os abordou detalhadamente em sua investigação, relegando as ocorrências a casos de desvio da concordância padrão. Eles representaram, em sua pesquisa, 18% das ocorrências do que ela chamou de “verbos mal conjugados” para o grupo 1 e de 6% para o grupo 2. (SANTOS, 2009, p. 475, 476).

Martins (2016), por sua vez, discute a questão do ponto de vista morfosintático, chamando-os de erros de “uso do infinitivo em vez de presente do indicativo” (MARTINS, 2016, p. 33), optando por “considerar a hipótese de o uso excessivo do infinitivo, em detrimento do uso das outras formas adequadas, implica que o uso destas tem mais dificuldade em ser cabalmente aprendido.” (MARTINS, 2016, p. 38)

Encontrei 33 ocorrências de verbos no infinitivo, todas em orações-raiz. Além disso, todas tiveram o sujeito preenchido, anteposto ao verbo e sem duplicação. Com respeito ao tipo de verbo, em 33 ocorrências, 30 foram transitivos (90,9%), 2 copulativos (6,1%) e 1, inacusativo (3%). A respeito da referência semântica do sujeito, eles estão distribuídos entre as primeira e terceira pessoas do singular e do plural, havendo uma maior produção de sujeitos no singular. A seguir, elenco todos os casos de verbos no infinitivo, separados pelo tipo de sujeito pleno, para melhor ilustrar os dados:

a. Orações com verbos no infinitivo com sujeitos expressos por pronomes (12 ocorrências):

1. eu *voltar* no Brasil para sustentar a minha família
2. Eu *fazer* o curso
3. Eu *finalizar* o meu estudo
4. eu já *acabar* a minha estudo na UNILAB
5. Eu *contribuir* para desenvolver nossas nação
6. Eu *aprender* o português para implementa
7. eu *esforçar* muito a minha capacidade

8. eu pronto *atender* em uma qualquer actividades
 9. nós *comunicar* com lingua portuguesa
 10. eu *aprender* a lingua portuguesa
 11. eu *atender* a sua nação de Timor-Leste
 12. Eu *voltar* de Brasileiro
- b. Orações com verbos no infinitivo com sujeitos expressos por sintagma nominal (21 ocorrências):
13. o cidadão do Timor-Leste *pegar* um princípio
 14. Timor-Leste *implementar* a lingua português
 15. Timor-Leste com governo do Brazil *criar* um plano
 16. os timorenses *alcançar* a sua independencia
 17. os timorenses *lutar* para sonhar a sua independência
 18. o Timor-Leste *aumentar* o seu plano
 19. a língua portuguesa *ser* como uma língua falada
 20. UNILAB *entregar* o poder para as pessoas
 21. o Timor-Leste *entrar* no CPLP
 22. A lingua portuguesa *ajudar* sobre o processo da aprendizagem
 23. Timor-Leste já *usar* a lingua portuguesa para capacitar mais todos os professores
 24. muitas pessoas *atender* o bolseiro
 25. algumas pessoas de Timor *falar* com a língua Melayu
 26. Timor leste *aprender* a lingua portuguesa
 27. O governo do Timor-leste *dar* as saudações
 28. timorense *utilizar* a lingua portuguesa
 29. O Governo Timor leste *levar* a língua portuguesa
 30. os estudantes sempre *falar* a língua Tétum
 31. os dosentes sempre *usar* a língua melayu
 32. o Timor-Leste *estudar* a lingua português
 33. pessoas timorenses *falar* a língua indonésia

21 dos 80 textos que analisei em minha pesquisa apresentaram verbos no infinitivo e eles estão distribuídos entre escreventes homens e mulheres. Interessante é observar que todos os escreventes que produziram formas de verbo no infinitivo também produziram formas finitas. Nos textos que apresentaram verbos no infinitivo, esses verbos não predominaram, mas ocorreu uma, duas e, no máximo, quatro vezes. Por exemplo, para um determinado texto, que apresentou mais ocorrências de verbos no infinitivo (no total, quatro ocorrências), apresentou também cinco ocorrências de orações com verbos finitos.

Guasti (2002), abordando a aquisição da linguagem, verificou que construções no infinitivo fazem parte do processo de aquisição no período inicial, quando o valor paramétrico associado ao PSN ainda não foi fixado. Ele argumenta que, na fala de crianças entre 1 e 3 anos de idade, o que ocorre é que, nesse período de aquisição, há um primeiro estágio de aquisição em todas as línguas: sujeitos ocorrem diante de verbos no infinitivo e, enquanto o valor paramétrico não é fixado, há alternância entre nulos e plenos preenchendo a posição de sujeito. Nesse sentido, conforme abordado por Guasti (2002), a criança produzirá sentenças que não são produzidas pela gramática do adulto. Esse processo natural da aquisição evidencia que os parâmetros da GU estão sendo formatados e essa alternância de produção cessará quando a GU atingir o seu estado estável. No caso da produção de sujeitos nulos, a fixação do PSN ocorre entre os 2 e 3 anos de idade (GUASTI, 2002, p. 185).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas ocorrências do PTL, observo que adultos escolarizados, em textos escritos monitorados, produziram, em alternância com verbos finitos, construções com verbos no infinitivo. Isso me leva a afirmar que esses timorenses ainda não fixaram totalmente o valor do PSN da língua-alvo, o português, por interferência do contexto multilíngue e a aprendizagem tardia do português, apenas no âmbito escolar. Essa constatação, além de expressar dificuldades de aprendizagem do português LNM, também demonstra que o acesso à fixação paramétrica da nova língua em idade adulta passa, evidentemente, pelos parâmetros já fixados na GU durante a aquisição, indo ao encontro do que prevê a Hipótese de Acesso Parcial, que estabelece que, passado o período crítico, qualquer aprendizagem de língua acontecerá com o acesso à GU a partir de sua configuração obtida após a aquisição da LM, condição na qual os valores paramétricos encontram-se já fixados (SCHACHTER, 1989; STROZER, 1992).

Como o português é fruto de aprendizagem para esses falantes, pode ser que a LM esteja atuante no surgimento da interlíngua, que seria uma estratégia transitória para se alcançar as características da língua-alvo. Mas, ao mesmo tempo, em vista do quantitativo geral de sujeitos nulos averiguados no *corpus*, bem abaixo do de sujeitos plenos, estaria mesmo o PTL a caminho do sujeito nulo? Para permitir uma reflexão nesse sentido, reconheço que um estudo sincrônico, com um controle dos informantes, acompanhando-os em sua aprendizagem do português ao longo do tempo, seria a medida mais apropriada para aferir que a alternância entre formas finitas e infinitas dos verbos e a escassa produção de sujeitos nulos são apenas reflexo da interlíngua, de modo que

essas características tenderiam a desaparecer com o tempo. Ainda assim, esse estudo poderia averiguar, assim como Kato e Duarte (2014) fizeram para o PB, que não há uma mudança em andamento, mas sim uma variedade do português com características próprias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. B. *Esboço gramatical do Tetun Prasa: língua oficial de Timor-Leste*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ALBUQUERQUE, D. B; RAMOS, R. O português na República Democrática de Timor-Leste: quase duas décadas depois. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 9, n. 4, p. 76-105, dez. 2020.

ALMEIDA, N. C. H. *Língua Portuguesa em Timor-Leste: Ensino e Cidadania*. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

BATORÉO, H. J. Ensinar português no enquadramento poliglóstico de Timor-Leste. *Palavras*, n. 37, Lisboa: Associação de Professores de Português, 2010, p. 55-65.

BRITO, R. P. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. *Ciências Letras*, Porto Alegre, n. 48, p. 175-194, jul./dez. 2010.

CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

COSTA, L. Línguas de Timor. In: CRISTÓVÃO, F. *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, 2005.

DIAS, H. O parâmetro do sujeito nulo em aprendentes do português em Moçambique. *Português moçambicano: Estudos e reflexões*, p. 17-46, 2009.

DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Restrições na distribuição de sujeitos nulos no Português Brasileiro. *Revista Veredas*, v. 18, p. 1-22, 2014.

GUASTI, M. T. *Language acquisition*. Cambridge: MIT Press, 2002.

GUIMARÃES, J. E. Língua portuguesa em Timor-Leste: análise de orientações para o ensino da escrita. *PERcursos Linguísticos*, v. 7, n. 14, p. 503-522, 2017.

HULL, G. A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.4, p.98-205, 2001b.

MALTA, D. P. L. N. *A natureza da morfologia de flexão verbal e o parâmetro do sujeito nulo em dados escritos de variedades africanas do português: uma análise contrastiva*. Dissertação (Mestrado em Linguística) UFPE, Recife, 2019.

MARTINS, B. *Interferências Linguísticas na Aprendizagem do Português por Falantes do Tétum*. Dissertação (Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM) – Português Língua Estrangeira (PLE) / Língua Segunda (L2)) – Universidade do Minho, Braga, 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, R. *Concordância e Parâmetro do Sujeito Nulo em redações produzidas por timorenses*. Dissertação (Mestrado em Letras) - UFPE, Recife, 2021.

PARAÍSO, T. C. F. *O uso da concordância nominal de número em redações produzidas em português por estudantes guineenses e timorenses: um estudo contrastivo*. Dissertação (Mestrado em Linguística) UFPE, Recife, 2019.

SANTOS, A. S. R. A influência da L1 no processo de aquisição da L2: um estudo sobre a transferência de parâmetros morfológicos e sintáticos. *Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2009, pp. 467-481.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. *ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016. Tradução de Paloma Petry de SPOLSKY, Bernard. Towards a Theory of Language Policy. *Working Papers in Educational Linguistics*, v. 22, n. 1, 2007.

STROZER, J. Non-native language acquisition from a principles and parameters perspective. In: CAMPOS, H; MARTNEZ-GIL, F (Eds.). *Current studies in Spanish linguistics*. Georgetown: Georgetown University Press, 1992.